

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Falar de acesso à Internet no Brasil é, ainda, falar de desigualdade. Embora a digitalização tenha avançado em diversos segmentos — da educação à economia —, cerca de 20% da população brasileira permanece desconectada ou sem condições de usufruir dos recursos digitais. A democratização da Internet é, portanto, um imperativo de inclusão social, desenvolvimento econômico e cidadania.

Apesar de o Brasil ter ultrapassado a marca de 80% da população com algum tipo de acesso à Internet, o país ainda apresenta um cenário de profundas desigualdades regionais e sociais no que se refere à qualidade, velocidade e estabilidade da conexão. Os dados da pesquisa TIC Domicílios 2023, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, revelam que 88% da população urbana está conectada, mas esse índice cai para 60% nas áreas rurais. As regiões Norte e Nordeste apresentam baixos indicadores de infraestrutura de conectividade, sendo ainda dependentes de redes móveis instáveis, enquanto o Sudeste concentra a maior parte dos investimentos em fibra óptica e banda larga de alta velocidade.

A disparidade segue a lógica de expansão do setor de telecomunicações no país — fortemente orientada pela rentabilidade —, que privilegia centros urbanos e regiões com maior poder aquisitivo. Segundo dados do IBGE de 2022, enquanto quase 90% dos domicílios localizados no Sudeste têm acesso à Internet, os números caem para cerca de 70% no Norte e no Nordeste, com situação mais grave nas áreas rurais.

O Brasil enfrenta também um déficit preocupante de letramento digital. Segundo levantamento feito pela ANATEL em 2024, apenas 30% da população brasileira possui habilidades digitais básicas, e menos de 20% atinge um nível intermediário de proficiência em letramento digital. A carência tecnológica forma uma barreira à inserção dessa população no mercado de trabalho e no sistema educacional, além de reforçar a exclusão social. Um ponto preocupante também é que a falta de letramento digital aumenta a vulnerabilidade à desinformação e a fraudes.

Em um país marcado por desigualdades históricas, a exclusão digital se soma a outras formas de marginalização.

Com base nas ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 O texto menciona que, com o aprimoramento da digitalização, a educação e a economia avançaram no Brasil.
- 2 De acordo com o texto, o Brasil é famoso pela desigualdade de acesso da população à Internet.
- 3 Depreende-se do texto que a exclusão digital é uma forma de marginalização.
- 4 Segundo as ideias do texto, para que haja inclusão social, desenvolvimento econômico e cidadania, é necessário que haja a democratização da Internet.
- 5 Na menção ao “déficit preocupante de letramento digital” no Brasil, feita no início do quarto parágrafo, está implícita uma crítica às instituições de ensino do país, que não preparam satisfatoriamente os estudantes com relação às habilidades digitais.
- 6 No ano de 2023, a democratização da Internet cresceu muito no Brasil, especialmente para a população urbana do país.
- 7 Infere-se do texto que, nas áreas rurais, o acesso à Internet é menor que nas áreas urbanas em razão tanto da instabilidade das redes móveis que atendem a esses locais quanto da necessidade reduzida de uso da Internet pela população fora das zonas urbanas.

Julgue os itens seguintes, relativos ao vocabulário e a outros aspectos linguísticos do texto CB1A1.

- 8 No primeiro período do texto, a palavra “ainda” exprime uma circunstância temporal.
- 9 No segundo período do primeiro parágrafo, a supressão do segundo travessão não prejudicaria a correção gramatical do texto nem as relações sintáticas estabelecidas entre os termos da primeira oração.
- 10 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso se substituísse o verbo “usufruir” (segundo período do primeiro parágrafo) por **desfrutar**.
- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, a substituição de “no que se refere” por **devido** manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o segmento “88% da população urbana está conectada” (segundo período do segundo parágrafo) poderia ser assim reescrito: **88% dos habitantes das cidades estão conectados**.
- 13 A palavra “disparidade” (primeiro período do terceiro parágrafo) está empregada no texto com o mesmo sentido de **assimetria**.

- 14 O último período do quarto parágrafo poderia ser reescrito, sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Outro ponto preocupante é o aumento da vulnerabilidade à desinformação e a fraudes causado pela falta de letramento digital.**
- 15 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “a outras formas de marginalização” (último período do texto).
- 16 No terceiro período do quarto parágrafo, a expressão “além de” introduz, no contexto, uma segunda consequência da “carência tecnológica”.
- 17 No primeiro período do terceiro parágrafo, o vocábulo “que” é um pronome cujo referente é a palavra “rentabilidade”.
- 18 Estariam preservados a correção gramatical e os sentidos do texto caso, no segundo período do quarto parágrafo, o segmento “em 2024” fosse deslocado para imediatamente depois de “feito”.

Julgue os próximos itens, relativos à padronização de documentos da Universidade de Brasília (UnB).

- 19 O vocativo a ser empregado em correspondência oficial destinada a uma reitora de universidade corresponde à expressão Magnífica Reitora, seguida de vírgula.
- 20 O símbolo da UnB pode ser alterado eventualmente para se adequar ao documento que deve ser produzido.

Com base no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei n.º 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), julgue os itens a seguir.

- 21 Os princípios básicos previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos são inaplicáveis às contratações realizadas em repartições públicas sediadas no exterior.
- 22 A condição de servidor público é indispensável para a incidência das regras da Lei de Improbidade Administrativa.
- 23 A busca pelo bem comum deve orientar a conduta do servidor público, com equilíbrio entre a legalidade e a finalidade.
- 24 A Lei do Processo Administrativo Federal prevê expressamente a adequação entre meios e fins para a imposição de obrigações.
- 25 A possibilidade de professores, técnicos e cientistas estrangeiros exercerem cargos nas universidades federais constitui exceção à regra geral que exige nacionalidade brasileira como requisito para investidura em cargo público.

Julgue os próximos itens à luz das disposições do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Brasília e da Lei n.º 11.091/2005, que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

- 26 Nos casos de impedimento do chefe, a chefia do departamento será exercida pelo docente mais antigo no exercício do magistério na Universidade de Brasília.
- 27 Conforme definição expressa da Lei n.º 11.091/2005, plano de carreira é a classificação dos cargos de mesma hierarquia, a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade e de conhecimento.
- 28 A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios que orientam a organização e o desenvolvimento das atividades didático-científicas da Universidade de Brasília.

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei n.º 13.709/2018) e a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), julgue os itens subsecutivos.

- 29 Tem caráter exaustivo o rol da Lei de Acesso à Informação que trata das hipóteses de sigilo e de segredo de justiça das informações públicas.
- 30 A revogação do consentimento do titular para o tratamento de seus dados pessoais pode ocorrer a qualquer momento, mediante manifestação expressa dele.

Em relação ao Microsoft Windows, julgue os itens a seguir.

- 31 O Windows permite a execução direta de qualquer arquivo com extensão .exe, independentemente da arquitetura do sistema operacional (32 *bits* ou 64 *bits*) e sem verificação adicional de segurança.
- 32 Quando é movido um arquivo entre pastas localizadas em unidades diferentes, esse arquivo mantém todas as permissões originais, incluídas permissões NTFS.

Considerando o Microsoft Office 365, julgue os itens seguintes.

- 33 O recurso Tabela Dinâmica do Excel está disponível na versão *online* do programa, mas algumas funções avançadas, como a criação de conexões externas com bancos de dados, só podem ser utilizadas na versão *desktop* do Excel.
- 34 No OneDrive, quando um arquivo é compartilhado com permissão de Visualizar, o destinatário pode baixá-lo, copiá-lo e imprimi-lo, salvo se o proprietário tiver ativado explicitamente a restrição de *download*.
- 35 No Teams, uma mensagem, ao ser marcada como importante, é automaticamente fixada (*pin*) no canal ou *chat*, permanecendo visível para todos até ser desafixada manualmente por um administrador.

Acerca de redes de computadores, julgue os itens subsecutivos.

- 36 O uso de *firewalls* baseados apenas em filtragem de pacotes é suficiente para garantir a proteção completa de uma rede corporativa contra ataques avançados.
- 37 *Antispywares* baseados em assinaturas dependem de bancos de dados atualizados para detectar novas ameaças.
- 38 A implementação de redes segmentadas por meio de VLANs (*virtual local area networks*) auxilia a limitar o impacto de um ataque interno.

A respeito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os próximos itens.

- 39** A funcionalidade denominada juntada permite a anexação de documentos de outros processos, mantendo-se o histórico de tramitação tanto no processo de origem quanto no de destino, o que assegura a rastreabilidade das informações.
- 40** Após incluir um documento em um processo no SEI, o usuário não pode editá-lo após a assinatura, ainda que o processo não tenha sido concluído, o que garante integridade e autenticidade na gestão documental.

Em relação à classificação das constituições e aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 41** Em razão dos princípios da reserva legal e da anterioridade da lei penal, o reconhecimento de uma conduta como crime exige tanto sua definição legal como crime quanto a previsão legal das penas a ele cominadas.
- 42** Em razão de sua natureza personalíssima, o direito fundamental de acesso a informações restringe-se às informações relacionadas ao interesse particular do requerente.
- 43** A necessidade de impetração de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo de determinada pessoa exemplifica o atributo da inaplicabilidade imediata dos direitos e das garantias fundamentais.
- 44** Classifica-se como material a constituição cujas regras sejam de natureza essencialmente constitucional, ainda que não estejam reunidas e formalizadas em um mesmo documento.

No que se refere aos direitos sociais, políticos e de nacionalidade previstos na CF, julgue os itens que se seguem.

- 45** Os direitos do brasileiro nato não extensíveis ao brasileiro naturalizado são definidos em lei.
- 46** Não se estende aos trabalhadores domésticos a integralidade dos direitos trabalhistas estabelecidos pela CF para os trabalhadores urbanos e rurais.
- 47** O prazo para impugnação de mandato eletivo perante a justiça eleitoral encerra-se com a diplomação do candidato eleito.

Considerando as disposições constitucionais acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 48** No âmbito de um mesmo órgão da administração pública, as funções de confiança e os cargos em comissão podem ser ocupados por servidores efetivos.
- 49** Observados os requisitos legais, são acessíveis aos estrangeiros os cargos, os empregos e as funções públicas.
- 50** Caso um servidor estável seja reintegrado em virtude de invalidação de sua demissão por sentença judicial transitada em julgado, eventual ocupante do respectivo cargo, se não for estável, poderá ser exonerado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre governança, processos participativos de gestão pública, funções da administração, planejamento estratégico e *balanced scorecard*.

- 51 O uso isolado da ferramenta 5W2H é útil para pôr em prática decisões singelas na organização, mas inviável para utilização agregada a outros tipos de análises, como a SWOT.
- 52 O planejamento é um processo que visa estabelecer objetivos organizacionais, que devem ser escalonados conforme sua relevância e de acordo com as prioridades da organização como um todo.
- 53 O *balanced scorecard* consiste em modelo descritivo que se utiliza de hipóteses interligadas, em uma relação de causa e efeito, visando uma posição organizacional futura desejável e incerta.
- 54 Quando bem praticada, a governança pública, que está associada à capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de o Estado implementar suas políticas, contribui para o aumento da legitimidade do governo e, consequentemente, para a governabilidade do país.
- 55 Os processos participativos de gestão pública favorecem a representação dos interesses do conjunto da sociedade, a universalização dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, independentemente do desenvolvimento sustentável.

Acerca dos tipos de departamentalização, da descentralização, do recrutamento e seleção de pessoas, da gestão de desempenho e da gestão por competências, julgue os próximos itens.

- 56 Na gestão por competências, devem-se estabelecer modelos padronizados para o desenvolvimento das competências requeridas dos colaboradores, recomendando-se que, para cada tipo de competência, seja aplicado um padrão específico.
- 57 Os processos de recrutamento e seleção externos mostram-se mais vantajosos que os internos quando se pretende correr menos riscos de errar nas escolhas e causar menos impactos motivacionais.
- 58 O modelo de departamentalização por funções aumenta a cooperação interdepartamental e orienta as pessoas para diversos tipos de atividades.
- 59 Os processos de gestão de desempenho devem ser trabalhados por meio do alinhamento de expectativas entre gestores e empregados, destacando-se os pontos fortes e os que devem ser aprimorados, mediante comunicação transparente, honesta, segura e clara.
- 60 A descentralização de serviços públicos pode abranger entidades de direito público ou privado e entidades que não estejam integradas à administração pública, a exemplo das concessionárias de serviços públicos.

Julgue os itens a seguir, relativos à gestão de projetos.

- 61 Para ser mais confiável, uma avaliação do valor de um projeto deve considerar aspectos como o contexto e o ciclo de vida e, embora o valor seja percebido com o tempo, processos eficazes podem permitir a percepção antecipada de benefícios.
- 62 A inexistência clara de patrocinador, a ausência de procedimentos padronizados, mudanças de escopo sem aprovação prévia, cronogramas não atualizados periodicamente e projetos não monitorados por indicadores durante sua execução são alguns dos problemas que podem dificultar a gestão de projetos nas organizações, incluídas as instituições de ensino e pesquisa.
- 63 A abordagem tradicional da gestão de projetos caracteriza-se por ser prescritiva e baseada em processo pré-definidos, ao passo que a ágil conta com diversas metodologias e ferramentas e visa executar o projeto com mais agilidade, simplicidade e menos burocracia.
- 64 A fase em que se busca criar planos detalhados para executar, monitorar e controlar o projeto denomina-se fase de iniciação.

Acerca de gestão da qualidade, julgue os próximos itens.

- 65 O diagrama de causa e efeito, também conhecido como diagrama de Ishikawa, é utilizado para a representação visual do problema central a ser enfrentado, não permitindo a identificação detalhada de suas causas específicas.
- 66 Uma das contribuições mais antigas que se tem registro em gestão da qualidade foi a de Frederick W. Taylor, que, no início do século XX, atribuiu maior legitimidade à atividade de inspeção, separando-a do processo de fabricação e delegando-a a profissionais especializados.

Julgue os seguintes itens, referentes à gestão de projetos e à gestão de processos nas organizações.

- 67 A matriz de priorização é uma ferramenta para se priorizarem ações ou objetivos, a partir de critérios e pesos conhecidos, podendo ser utilizada em especial para a seleção das melhores ações em um esforço de melhoria de processos.
- 68 O organograma é uma das principais ferramentas utilizadas para se evidenciar, por meio de símbolos padronizados, o conjunto de atividades que, na sequência, compõem um processo.
- 69 Os projetos e não os processos podem ser considerados como a base da forma de se conduzir ou melhorar uma organização.
- 70 Diagrama de afinidade consiste em uma ferramenta que permite a associação das informações ou ações envolvidas em determinada análise ou plano, de forma intuitiva ou a partir de certas premissas estabelecidas.

Considerando que o Estado é um conjunto de instituições de decisão e de execução, julgue os itens a seguir, acerca da administração direta, indireta, fundacional e dos atos administrativos.

- 71 As fundações de apoio, cujo principal objetivo consiste em dar fomento e auxílio a determinadas instituições, integra, por vezes, a administração direta ou indireta.
- 72 As entidades da administração indireta são criadas para a prestação de serviços públicos ou de interesses públicos, indelegáveis.
- 73 Considera-se administração direta uma série de órgãos dentro da mesma pessoa jurídica.
- 74 A presunção de legalidade é uma das prerrogativas inerentes aos atos administrativos e pode ser desconstituída se um interessado demonstrar a existência de vício de competência, de forma, de motivo, de objeto ou de finalidade.

Julgue os próximos itens, relativos ao orçamento público.

- 75 Instrumento de médio prazo, a lei de diretrizes orçamentárias visa nortear a elaboração de orçamentos anuais de acordo com as metas e prioridades financeiras da administração pública.
- 76 Os princípios orçamentários específicos mais importantes estão ligados às receitas e às despesas da administração pública.
- 77 Uma definição básica para o entendimento do balanço orçamentário é a de restos a pagar, que consistem nas despesas empenhadas (processadas e não processadas) não pagas até o dia 31 de dezembro.

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre administração financeira.

- 78** A partir de demonstrações financeiras, os *stakeholders* de uma organização podem ter uma visão geral da sua situação financeira e, assim, avaliar aspectos contábeis de seu desempenho e progresso.
- 79** O processo de planejamento financeiro inicia-se com a elaboração de planos financeiros e orçamentos de curto prazo que, em sequência, orientam o plano financeiro de longo prazo e, por conseguinte, as metas estratégicas da organização.
- 80** Alavancagem está associada aos efeitos dos custos operacionais e financeiros que não sobem e descem com as variações de vendas de uma organização.

A respeito da classificação e da armazenagem de materiais, julgue os itens seguintes.

- 81** A classificação por frequência de uso auxilia na estruturação da distribuição de materiais, pois itens com maior giro devem estar mais próximos do ponto de consumo.
- 82** A classificação de materiais por meio da metodologia da curva ABC considera somente o preço unitário dos materiais, sendo desnecessário considerar o valor total de consumo dos itens.
- 83** A classificação por criticidade orienta a disposição dos itens no *layout* físico do almoxarifado conforme o impacto desses itens nos serviços institucionais, mesmo que tal ato importe maior custo logístico.
- 84** A classificação dos materiais por tipo físico e uso é essencial para o adequado tombamento patrimonial, especialmente na distinção entre material de consumo e material permanente.

Julgue os itens subsequentes, com base nos conceitos de organização de estoques e de controle patrimonial.

- 85** O inventário rotativo é vedado na administração pública indireta, sendo obrigatória a contagem física anual de todos os bens móveis, a fim de garantir a confiabilidade do controle físico.
- 86** O modelo *just-in-time*, quando aplicado na administração pública, pressupõe a formação de estoques intermediários para a garantia do abastecimento mínimo.

A respeito de aspectos relativos às compras no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 87** Para a organização do setor de compras de uma instituição, deve-se priorizar a seleção de profissionais que dominem as normas licitatórias, sendo irrelevante sua capacidade comercial ou técnica.
- 88** De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação para a aquisição de bens só é permitida caso o fornecedor já esteja previamente cadastrado no sistema de fornecedores.

A respeito do armazenamento, do transporte e da alienação de bens públicos, julgue os itens seguintes.

- 89** A alienação de bens inservíveis exige que esses tenham sido previamente tombados e registrados em sistema patrimonial próprio.
- 90** O planejamento da armazenagem e do transporte de bens públicos deve priorizar, sobre todos os outros aspectos, a integridade física dos materiais adquiridos pela administração pública, mesmo que essa priorização implique aumento de custos.

Acerca dos atos administrativos, bem como do conceito, do objeto e das fontes do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 91** A anulação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela administração pública por não mais lhe convir sua existência.
- 92** Devido à aplicação do princípio da legalidade, a única fonte do direito administrativo é a lei, razão pela qual não se pode aplicar a doutrina ou a jurisprudência como fontes.
- 93** Os atos de gestão são praticados sem prerrogativas públicas, em situação de igualdade com os particulares, hipótese em que não há supremacia da administração pública sobre os destinatários dos respectivos atos.
- 94** A administração pública fica vinculada à motivação expressa no ato administrativo, ainda que este não precisasse ser motivado.

Acerca do regime jurídico administrativo, dos poderes da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 95** A administração pública somente terá direito de regresso contra o agente responsável pelo ato que ocasionou a responsabilidade civil do Estado quando demonstrar o dolo ou a culpa do agente.
- 96** Há abuso de poder quando o agente ultrapassa os limites de suas atribuições, mas não se verifica tal vício quando o agente busca alcançar objetivos diversos daqueles previstos em lei, desde que albergados pelo interesse público.
- 97** O Brasil adota a teoria do dano direto ou imediato para a configuração do nexo de causalidade na demonstração da responsabilidade civil do Estado.
- 98** O princípio da eficiência pode ser considerado em dois aspectos: modo de atuação do agente público, com vistas ao melhor desempenho possível de suas atribuições; e modo de organização, estruturação e disciplina da administração pública, a fim de se obterem melhores resultados na prestação do serviço público.
- 99** Para a responsabilização civil do Estado, é necessária a demonstração da ação do agente público, do dano e do nexo de causalidade, além da comprovação de dolo ou culpa do servidor.
- 100** A culpa exclusiva da vítima configura causa excludente de responsabilidade civil do Estado, haja vista o rompimento do nexo de causalidade entre o ato do agente público e o dano.

No que concerne ao controle da administração pública e à improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 101** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 102** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida somente pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo Poder Judiciário.
- 103** Caso verifique ilegalidade na execução de determinado contrato, o TCU deverá fixar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e, não sendo tal prazo atendido, o referido contrato será sustado diretamente pelo Congresso Nacional.
- 104** É considerado ato de improbidade administrativa auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público.
- 105** A sanção de perda da função pública atinge, em regra, todos os vínculos do agente público ou político, podendo o magistrado excepcionalmente restringir a sanção, a depender das circunstâncias do caso, ao vínculo de mesma natureza e qualidade que o agente detinha na época do cometimento da infração.

Em relação ao processo administrativo, julgue os itens subsecutivos.

- 106** Para a contagem dos prazos do processo administrativo, quando expressos em dias, consideram-se apenas os dias úteis.
- 107** O prazo decadencial para a administração anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, contados a partir da prática do ato, salvo em caso de comprovada má-fé.
- 108** A competência é irrenunciável e indelegável, e se exerce pelos órgãos administrativos a que tenha sido atribuída por lei.
- 109** O processo administrativo deve se iniciar sempre a pedido do interessado, sendo vedada a sua instauração de ofício.
- 110** Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Acerca dos conceitos e aspectos procedimentais relacionados às contratações públicas, estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens subsecutivos.

- 111** As informações que devem constar na cláusula da matriz de riscos restringem-se à listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 112** De acordo com o modelo de execução contratual de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deve possibilitar a fiscalização pelo contratante quanto a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Julgue os itens seguintes acerca do sistema de registro de preços, com base no Decreto n.º 11.462/2023.

- 113** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços podem ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 114** Caso o serviço esteja integrado ao fornecimento de bens, é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido.

À luz do disposto no Decreto n.º 11.531/2023, julgue os itens que se seguem.

- 115** Denomina-se mandatário o órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera de governo ou entidade privada que participe do instrumento para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
- 116** Os órgãos e as entidades da administração pública federal podem celebrar convênios de receita, em regime de mútua cooperação, para a execução de programas estaduais, distritais e municipais.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito das modalidades licitatórias, bem como da dispensa e da inexigibilidade de licitação.

- 117** O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços comuns de engenharia, nos termos da lei.
- 118** É inexigível a licitação para a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Em relação aos contratos e compras no setor público federal, julgue os próximos itens.

- 119** No planejamento de compras, deve-se considerar a expectativa de consumo anual, observado o princípio da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.
- 120** As alterações na razão ou na denominação social da contratada e o empenho de dotações orçamentárias ensejam necessariamente a celebração de termo aditivo.

Espaço livre